

**CONSOLIDAÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA
SOCIEDADE**

“GRAFICA E EDITORA SERRANO LTDA”



JUCESP PROTOCOLO
2.131.137/16-3



ROBINSON SERRANO, brasileiro, casado, nascido em 06/03/1961, Industriário, portador do CPF/MF n. 029.532.478-31 e do RG n. 13.505.462-x SSP/SP, expedido em 15/09/2005, residente e domiciliado à Estrada dos Índios n. 2645 casa 50, no bairro São Bento, Arujá, SP, CEP 07439-060.

MARCIA APARECIDA LOPES DIAS SERRANO, brasileira, casada, nascida em 08/12/1964, Industriária, portadora do CPF/MF n. 086.937.078-25 e do RG n. 17.053.299-9 SSP/SP, expedido em 25/05/2006, residente e domiciliada nesta capital do Estado de São Paulo à Rua Mere Amedea, nº 389, Apto 1, no bairro Vila Maria, São Paulo, Capital, CEP.:02125-000.

MARIA LUIZA FERREIRA SERRANO, brasileira, casada, empresária, nascida em 22/03/1963, portadora da cédula de identidade RG nº. 11.461.837-9, expedido em 08/04/2011 e do CPF/MF nº. 013.031.828/07, residente e domiciliada à Estrada dos Índios, nº2645, casa 50, no bairro São Bento, Arujá, São Paulo, CEP.: 07439-060.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial **GRAFICA E EDITORA SERRANO LTDA - EPP**, constituída legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE nº 35.206.900.375 em 08/07/1970 e posteriores alterações, com sede a Rua Soldado Alcebíades Bobadilha da Cunha nº 574, no bairro de Parque Novo Mundo, São Paulo, nesta Capital do Estado de São Paulo, CEP nº 02146-010, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 62.835.962/0001-18, **resolvem, adequar e consolidar o contrato social**, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade resolve de pleno e comum acordo alterar e consolidar seu contrato social conforme abaixo:

- A sócia **MARCIA APARECIDA LOPES DIAS SERRANO** se retira da sociedade cedendo e transferindo a totalidade de sua quotas sociais sendo de 7.500 quotas no valor de R\$ 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais) sendo 4.000 quotas no valor R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais) ao sócio remanescente Sr. **ROBINSON SERRANO** perfazendo assim o total de 66.500 quotas no valor total de R\$ 66.500,00 (Sessenta e Seis Mil e Quinhentos Reais) e 3.500 quotas no valor de R\$ 3.500,00 (Treis Mil e Quinhentos Reais) para sócia Remanescente Sra **MARIA LUIZA FERREIRA SERRANO** perfazendo assim o total de 33.500 quotas no valor de R\$ 33.500,00 (Trinta e Treis Mil e Quinhentos Reais).

PARAGRAFO UNICO

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002)

CLÁUSULA SEGUNDA. A administração da sociedade será exercida pelo sócio **ROBINSON SERRANO**, em conjunto ou separadamente inclusive bancos, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais, nos termos do art. 1.064 da Lei nº 10.406/2002.

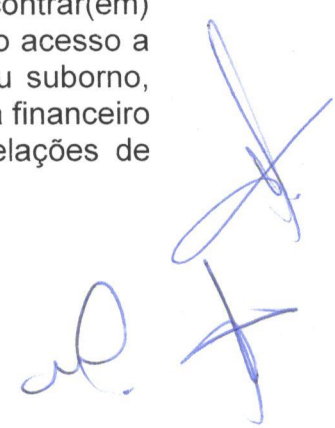
§ 1º Fica facultada a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovado por dois terços dos sócios, nos termos do art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002.

§ 2º No exercício da administração, os administradores terão direitos a uma retirada mensal, a título de pro labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

CLÁUSULA QUARTA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002)

CLÁUSULA QUINTA. O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)



Em face da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

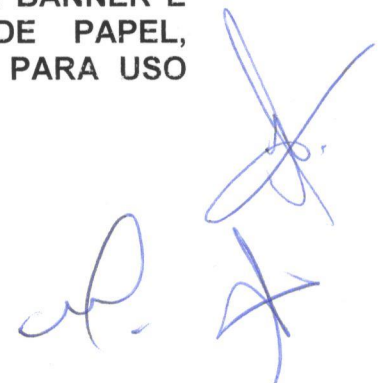
CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade gira sob o nome empresarial **GRAFICA E EDITORA SERRANO LTDA - EPP** (art. 997, II, CC/2002)

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade tem sede na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na Rua Soldado Alcebiades Bobadilha da Cunha nº 574, no bairro de Parque Novo Mundo, São Paulo, nesta Capital do Estado de São Paulo, CEP nº 02146-010, registrada na junta comercial de São Paulo, sob o NIRE nº 35.206.900.375 em 15/06/1970 e posteriores alterações, inscrita no CNPJ sob nº 62.835.962/0001-18.

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/ 2002.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A sociedade tem por objeto social a **IMPRESSÃO DE LIVROS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES PÉRIÓDICAS(18.11-3/02), IMPRESSÃO DE JORNAIS(18.11-3/01), BRINDES EM GERAL, BANNER E FAIXAS(18.13-0/01) E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PAPEL, CARTOLINA, PAPEL – CARTÃO E PAPELÃO ONDULADO PARA USO COMERCIAL E DE ESCRITÓRIO(17.41-9/02).** (art. 997, II, CC/2002)



CLÁUSULA QUINTA. O prazo de duração da sociedade é indeterminado. (art. 997, II, CC/2002)

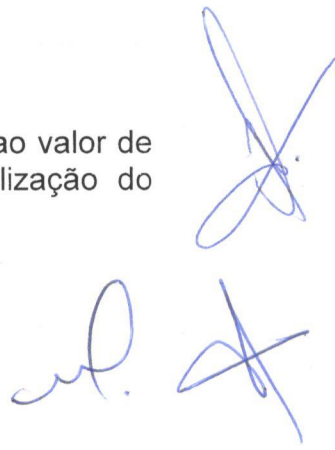
DO CAPITAL SOCIAL E DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

CLÁUSULA SEXTA. A sociedade tem capital social de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), divididos em 100.000 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, integralizadas, em moeda corrente do País, pelos sócios, da seguinte forma: (art. 997, III, CC/2002) (art. 1.055, CC/2002)

Sócio	Nº de Quotas	%	Valor R\$
ROBINSON SERRANO	66.500	66,5%	66.500,00
MARIA LUIZA FERREIRA SERRANO	33.500	33,5%	33.500,00
TOTAL	100.000	100%	100.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002)

CLÁUSULA OITAVA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002)



DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA NONA. A administração da sociedade será exercida pelo sócio **ROBINSON SERRANO**, em conjunto ou separadamente inclusive bancos, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais, nos termos do art. 1.064 da Lei nº 10.406/2002.

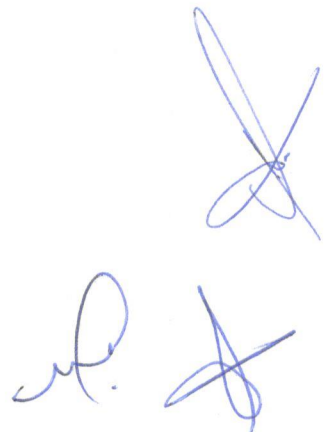
§ 1º Fica facultada a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovado por dois terços dos sócios, nos termos do art. 1.061 da Lei nº 10.406/ 2002.

§ 2º No exercício da administração, os administradores terão direitos a uma retirada mensal, a título de pro labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002)



DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (arts. 1.028 e 1.031, CC/2002)

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO


CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.





E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor.

São Paulo, 30 de Agosto de 2016.


ROBINSON SERRANO

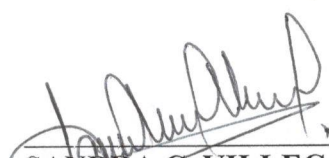



MARCIA APARECIDA LOPES DIAS SERRANO



MARIA LUIZA FERREIRA SERRANO

TESTEMUNHAS


SANDRA C. VILLEGA
RG N° 17.054.658-5 SSP/SP


JOSÉ CARLOS VILLEGA
RG N° 3.021.747 SSP/SP

